

Desinformação Vitima Opinião Pública nas vésperas da Eco 92

Poderia dar certo, mas vai ser difícil. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento está emergindo como um gigantesco eco-show onde as questões essenciais desaparecem, ofuscadas pelos spots da autopromoção e da propaganda. Perde a opinião pública e perde o meio ambiente... Vem aí, um dos mais extraordinários espetáculos de desinformação que o Brasil já produziu.

Vale relembrar o começo. Em dezembro de 1989, a Assembléia Geral da ONU convocou para 1 a 12 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, essa importante Conferência que já aparece, em todos os aspectos, como uma das maiores reuniões internacionais já organizadas na história da humanidade. São cerca de 170 delegações governamentais, 50 intergovernamentais (FMI, OIT, UNESCO...) e mais de 500 não-governamentais. As mais de 10.000 pessoas que trabalharão diretamente na Conferência devem agregar-se cerca de 100.000 participantes no evento e nas promoções paralelas.

Além do mais, dado seu caráter de cúpula, a ONU expedirá convites a todos os Chefes de Estado ou de Governo dos países membros para que participem. Pelo menos 70 chefes de Estado deverão vir ao Brasil com suas comitivas. Só jornalistas já são mais de 5.000 com presença garantida. Há meses é impossível encontrar vagas em hotéis do Rio de Janeiro para o período da Conferência.

Quase todo dia somos informados sobre aspectos marginais e secundários da Conferência. Haverá uma gigantesca constelação de eventos paralelos organizados por entidades privadas e não-governamentais. Eles vão desde feiras de indústria e tecnologia na área de saneamento ambiental até gigantesco shows com as maiores estrelas do rock e da música internacional. Sem esquecer a montagem de um enorme aldeamento

Evaristo Eduardo de Miranda

índigena reunindo mais de 40 tribos brasileiras e muitas de outros países, organizado pelo Comitê Intertribal – 500 anos de resistência. Na Conferência de 92, como no evento que a sucederá – a comemoração de meio milênio da “descoberta” da América por Colombo – os índios estarão contestando o que os “europeus” chamaram de civilização e progresso.

Mas, eventos paralelos à parte, para que diabos a ONU convocou essa conferência? O que se espera como resultados? O que está em jogo para as diversas nações ibero-americanas nessa temática complexa do meio ambiente e do desenvolvimento?

A Conferência prevê a assinatura de uma declaração, duas convenções, um plano de ação seguido de um conjunto de medidas no campo da transferência de tecnologia ambiental, ou, respectivamente: a Carta da Terra, a Convenção sobre a Atmosfera e a de Biodiversidade, a Agenda 21 e seus eventuais protocolos de transferência de recursos e tecnologia.

Os textos foram preparados por comissões técnicas que já se reuniram em Nairóbi em agosto de 1990 e Genebra em março e agosto de 1991. Uma última reunião deverá ocorrer em Nova York em fevereiro de 1992. Daí os textos deverão ser finalizados e aprovados na Conferência. Alguns vão bem, os mais declaratórios; outros vão mal, os mais decisórios.

Infelizmente, todo esse processo preparatório tem tido uma divulgação medíocre e extremamente limitada por parte dos meios de comunicação. Estes vêm tratando relativamente bem de questões

paralelas ao evento como a liberação pelo Governo Federal de verbas para construção de uma linha de metrô entre o aeroporto e a zona dos hotéis (linha vermelha) ou a presença ou ausência de algum pop star nos ecoshows já programados. Mas tem deixado em segundo plano o conteúdo da Conferência.

Não é para menos: o Governo brasileiro pouco ou nada tem informado sobre a posição que defenderá nos temas de substância da Conferência. Não se sabe se por fruto de “altíssima estratégia política” ou porque entenda que isso não seja da conta da opinião pública. Talvez estejam ocupados demais para atentar para esses detalhes.

A única coisa que o Governo brasileiro assume publicamente é que tem pela frente uma tarefa dupla: preparar sua participação como país membro e coordenar a organização da Conferência como país sede. Para a primeira tarefa criou a CIMA – Comissão Interministerial do Meio Ambiente. E para a segunda, o GTN, Grupo de Trabalho Nacional para a Organização da Conferência. Como se isso bastasse!

Esqueceram o principal: a participação da sociedade brasileira. Esta não tem a menor idéia das posições oficiais nos temas substanciais da Conferência e que em parte já estão decididos pelo processo preparatório. O ponto um dessa participação é a informação. Daí a necessidade de que o Governo crie um mecanismo ativo de informação para esclarecer, de forma permanente e transparente, a opinião pública e a sociedade brasileira sobre o que a CIMA e o GTN andam fazendo e por quê. Mas o comportamento do nosso governo é “tranqüilizador” e parece indicar que a Conferência trará poucas surpresas, salvo para os desinformados, ou seja, todos nós.

E não é fruto da ausência de perguntas. Alguns jornalistas tentam há meses obter explicações sobre os posiciona-

mentos brasileiros no processo preparatório, sem nenhum sucesso. Da mesma forma, a comunidade científica e as entidades não-governamentais.

O nosso Relatório Nacional para a Conferência já foi um primeiro sinal. Preparado por um grupo de consultores, foi apresentado ao público pela primeira vez como um monólogo. As várias instâncias representativas da sociedade não participaram desse produto, senão como financiadoras compulsórias dos salários dos consultores através dos tributos que todos pagamos. Quando o nosso relatório nacional saiu publicado pela primeira vez, a maioria dos relatórios nacionais dos países desenvolvidos já havia sido discutida e reformulada com ampla participação da sociedade, cientistas, etc. Daí a justificada queixa geral dos ambientalistas – que estão preparando o documento deles, dos políticos e dos cientistas.

Mas talvez no fundo as nossas elites não se preocupem com isso e sim com a disputa de espaços de autopromoção na Conferência. Enquanto a opinião pública vai sendo vitimada pela desinformação, a opinião nacional vai perdendo seus representantes e porta-vozes numa fogueira de vaidades, que ameaça consumir também os interesses nacionais.

Na maioria dos países desenvolvidos, ao contrário, faz-se um grande esforço para informar a sociedade sobre o que está em jogo nesse evento. Espera-se que a opinião pública pressione a participação dos políticos e sustente o posicionamento de seus governos, manifestando a opinião nacional.

O pior é que em matéria de meio ambiente e desenvolvimento os países do Pacto Amazônico e da Bacia do Prata têm uma grande agenda comum de problemas, oportunidades e ameaças (a floresta amazônica, os desafios da ordenação territorial, os impactos ambientais do MERCOSUL, o uso racional dos recursos hídricos e energéticos, etc.). Ações concertadas nesse campo, promovidas pelo país anfitrião, poderiam ser muito positivas para a região e para os nossos interesses nacionais. Mas parece que nosso destino é mesmo o de esbanjar prevaricação e procrastinação, num grave momento internacional onde as atenções e os processos políticos e econômicos marginalizam ou relativizam a importância da Ibero-américa.

As questões técnicas que envolvem os resultados da Conferência têm rele-

vância essencialmente para os aspectos operacionais das resoluções. Já os aspectos estratégicos das questões mais substanciais da Conferência serão o resultado do confronto e da convergência das opiniões nacionais. Os países desenvolvidos, os que mais destruíram e ameaçam o meio ambiente do planeta, vêm regularmente unificando seus pontos de vista na linha de convergência de seus interesses nacionais (manutenção do consumo intensivo de combustíveis fósseis e matérias primas, externalização de seus custos ambientais, normas ambientais como parte do arsenal de suas práticas protecionistas, etc.). Por que não fazer o mesmo ao nível de Ibero-américa? Não para cultivar uma retórica equivocada de terceiro-mundismo, mas sim para dar objetividade e peso aos nossos interesses nacionais convergentes no contexto regional (necessidade de investimentos e de crescimento econômico sustentado, uso indispensável dos recursos naturais, carência de tecnologias modernas, etc.), numa negociação onde todos devem ganhar.

É nessa ótica que governos e opinião pública deveriam estar discutindo os resultados desejados da Conferência. A título exploratório, examinemos alguns tópicos dos resultados esperados da Conferência, desde a ótica de nossos interesses nacionais e regionais.

A Carta da Terra

Essa com certeza vai sair. Trata-se de uma declaração de princípios básicos de conduta econômica e ambiental dos povos e das nações, uns com relação aos outros e com a Terra, a serem seguidos por todos. Bem no estilo de outras declarações da ONU, servirá como marco de referência para muitas iniciativas e vem recebendo sugestões de artigos do mundo inteiro e das mais variadas origens.

Na sua redação final poderão existir alguns artigos polêmicos na medida em que criem alguma forma de jurisprudência, limitando o direito de uso dos povos sobre seus recursos naturais nacionais. A ONU pode surgir como o fórum privilegiado para deliberar sobre essas questões. E como ONU, hoje, quer dizer Conselho de Segurança, esse assunto pode ser do maior interesse estratégico para um país como o Brasil, que está longe de haver exaurido seus recursos naturais. Tirando isso, é provável que o resto seja tudo boa intenção.

A Carta da Terra, essencialmente declaratória, vai virar poster e com certeza, decorar muitas paredes nesta virada de século.

A Convenção de Proteção à Atmosfera

Num primeiro momento as pessoas conscientizaram-se dos impactos ambientais da atividade humana a nível local. Depois essa consciência progrediu para escalas regionais. O último passo foi dado há poucos anos: tomou-se consciência de que todo o planeta está sendo gravemente vitimado, e em alguns aspectos de forma irremediável.

As chamadas mudanças globais se fazem sentir nas alterações da composição química da atmosfera terrestre. O lançamento contínuo e maciço de gases provenientes da queima de combustíveis fósseis e da moderna química industrial está alterando de forma quantitativa e qualitativa o ar que respiramos e com ele o clima em que vivemos. De um lado o efeito estufa, aquecimento progressivo do globo terrestre provocado pelo enriquecimento da atmosfera por gases como o dióxido de carbono e o metano.

Do outro, a destruição da camada de ozônio pela atividade deletéria, na estratosfera, de gases contendo cloro e bromo, produzidos pelas indústrias, reduzindo nossa proteção aos raios ultravioletas causadores de câncer e mutações genéticas.

Nessa futura convenção, o papel e a responsabilidade dos países devem ser proporcionais à sua participação na produção desses gases. Os países desenvolvidos devem ser os primeiros a adotar amplas medidas de controle. Os países em desenvolvimento necessitam prazos diferenciados e maiores para reduzir suas emissões de gases. Caso contrário, estariam tendo seu crescimento limitado em bases extremamente injustas e desiguais. Além disso precisam ter acesso, em termos preferenciais e não comerciais, a tecnologias que reduzam o impacto ambiental, sem condicionais.

Nesse âmbito, o Brasil deveria recusar a assinatura de qualquer protocolo particular de proteção a um tipo de ecossistema, como o cogitado para as florestas, subentenda-se tropicais. Mais urgente é proteger os ambientes marinhos, esses sim verdadeiros pulmões do planeta.

A Convenção de Preservação da Biodiversidade

A perda da biodiversidade é considerada hoje um problema ambiental de alto risco, bem maior do que os derramamentos de petróleo, o lixo tóxico, a poluição das águas e do ar ou os pesticidas. Os vários tratados e convenções já existentes com a finalidade de preservar a biodiversidade têm se revelado insuficientes e ineficientes. Os meios de comunicação têm destacado o problema da redução das florestas tropicais mas esquecem que nos Estados Unidos, por exemplo, mais da metade das áreas úmidas foram destruídas, 98% das pradarias desapareceram e as florestas nativas só cobrem uma pequena fração de suas áreas originais. Como resultado dessa dramática redução de habitats, cerca de 30% das espécies de peixes nativos dos EUA são considerados hoje como ameaçadas e as populações de patos selvagens diminuíram em 30% desde 1969. Desde a chegada dos europeus, mais de 500 espécies foram extintas na América do Norte!

O Brasil é provavelmente o detentor de um dos maiores patrimônios de biodiversidade do planeta. Nossos pesquisadores têm realizado o cálculo anual dos desmatamentos na Amazônia desde 1989, com base em imagens de satélites de toda a região, tratadas em sofisticados sistemas computadorizados, num esforço inédito a nível mundial. Além de apresentar números incontestáveis – menos de 10% da floresta tropical úmida foi desmatada até hoje e a taxa tem diminuído desde 1989 –, o Brasil mostra também soberania científica sobre a região, além da política.

Mas só isso não basta. É fato que os países desenvolvidos possuem o essencial da efetiva capacidade tecnológica para manipular e explorar esses recursos biológicos. Por isso, conservá-los e permitir sua exploração racional é antes de tudo uma questão econômica, sobre a qual paira a ameaça de uma convenção que decreta essas áreas de altíssima biodiversidade como patrimônios da humanidade. Simpática, essa estratégia de manipulação busca colocar a opinião pública contra a opinião nacional.

A noção de patrimônio comum da humanidade deveria ser aplicada somente a áreas fora da jurisdição dos Estados, como os fundos marinhos ou o espaço exterior. O Brasil tem se alinhado com os que defendem a validade inegociável

do princípio da soberania dos Estados sobre seus recursos naturais.

Mas a Guerra do Golfo talvez tenha inaugurado uma nova jurisprudência: o recurso natural é seu na medida em que sua exploração ou falta de exploração (no caso de petróleo) não prejudique a "humanidade". Nesse caso a intervenção externa, até armada, seria legítima. A Amazônia é nossa e ninguém contesta, na medida em que seu uso não ameaça a "humanidade". Esse tipo de raciocínio poderia ser estendido a outros recursos e países do mundo.

Nesse contexto, o Brasil tem condições privilegiadas para liderar um processo internacional que culmine num protocolo garantindo financiamentos não apenas para a preservação dos ecossistemas tropicais, mas também para um acesso facilitado a biotecnologias e melhorias genéticas obtidas a partir de nossos recursos biológicos. A adesão dos países amazônicos e dos outros detentores de extensas florestas tropicais como o Zaire, Indonésia, Malásia, Nigéria, Índia, China, Tailândia, Filipinas, etc, a esse protocolo seria muito provável e consolidaria nossa posição. Tratam-se de interesses nacionais e mundiais convergentes que precisam ser expostos à opinião pública, sobretudo nos países desenvolvidos, para ganhar seu apoio e dos demais países.

A Agenda 21

A chamada Agenda 21 é na realidade um programa de ação, com início em 1992, entrando pelo século XXI, a ser aceito universalmente. Ela incluirá objetivos nacionais e internacionais, para cada um dos problemas cruciais do planeta. A idéia é boa e busca ser operacional. Ela incluirá, além de prioridades e metas concretas, uma estimativa dos custos necessários à realização de tais objetivos e dos meios financeiros para cobri-los. A Agenda 21 conterá também um compromisso operacional com vistas a transferência das tecnologias e dos recursos financeiros necessários aos países em desenvolvimento por parte do mundo desenvolvido.

É justamente aí que está um dos pontos mais polêmicos e cruciais dessa proposta. Isso implica, na prática, em uma primeira repartição das responsabilidades de ação nacional e internacional para os sete últimos anos do século, que constituirão a primeira fase da aplicação da Agenda 21. Todo o trabalho de base

está concluído, mas as resistências da Casa Branca, Downing Street e outras administrações-chaves a qualquer compromisso em matéria de transferência de recursos financeiros e tecnológicos é enorme. Só estão favoráveis à distribuição de compromissos e obrigações para os países em desenvolvimento com relação à exploração de seus recursos naturais (preservar as florestas, por exemplo). Não lhes sensibiliza a transferência de recursos e tecnologias a fim de que se possa garantir a um tempo preservação ambiental e um crescimento econômico suficiente para satisfazer as necessidades e as aspirações das populações locais.

Mesmo nos países em desenvolvimento existem resistências. Na medida em que o primeiro objetivo da Agenda 21 seria o de efetuar uma transição mundial para o desenvolvimento auto-sustentado, obrigatoriamente o tema do crescimento econômico irá de par com uma distribuição mais equitativa dos produtos do crescimento entre as nações e no interior de cada país. Não faltam governos com bolsas abertas aguardando ajudas a fundo perdido, em troca de promessas de desenvolvimento com preservação ambiental. Mas nos países em desenvolvimento são raras as experiências que ultrapassam o nível das promessas e a predisposição real de adotar um novo modelo econômico baseado no uso racional dos recursos naturais.

Pelo que se vê, neste momento, não vai ser fácil chegar a um consenso nessa repartição de responsabilidades e obrigações. A defesa do planeta poderá ser um escudo atrás do qual tentarão se proteger interesses nacionais contraditórios e até mesmo incompatíveis.

A Solução

Segundo o economista e embaixador Roberto Campos, no Brasil o todo, quase sempre, é menos do que a soma das partes. Esperemos que a Conferência e seus resultados não sigam nossas particularidades por uma estranha osmose, mas que abram novas perspectivas para o meio ambiente e o desenvolvimento. Tudo ainda não está perdido e como diz um amigo, "às vezes, de onde menos se espera, dali é que não sai nada mesmo!"

Evaristo Eduardo de Miranda é doutor em Ecologia, professor da Universidade de São Paulo e pesquisador do Núcleo de Monitoramento Ambiental da EMBRAPA. Colaborou Liana John.s